



Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor

**Os novos desafios do MIBEL:
A VISÃO DOS CONSUMIDORES**

Conferência do Conselho de Reguladores

Fundação CG, 1 de Junho de 2010



1. Breve apresentação da DECO
2. Os novos desafios do MIBEL
3. MIBEL = melhores preços ?
4. Fim das TVCF ?



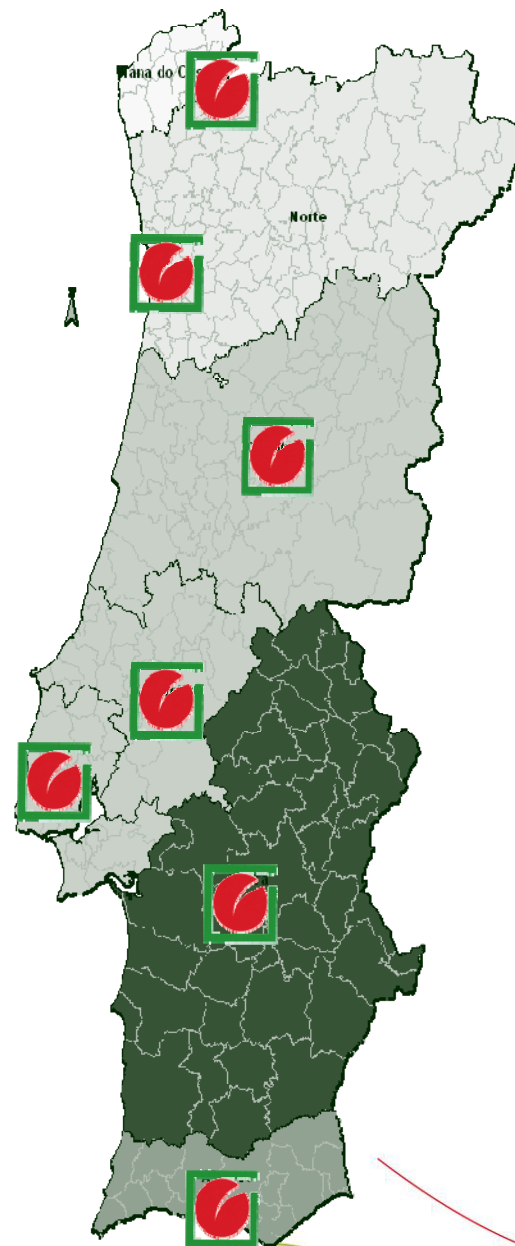
Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor

+ 413 000 Associados*

6 Delegações Regionais

10 % das famílias
portuguesa são
nossas associadas

* Dados de Dezembro de 2009



Sede

Lisboa

Delegações Regionais

Viana do Castelo

Porto

Coimbra

Santarém

Évora

Faro

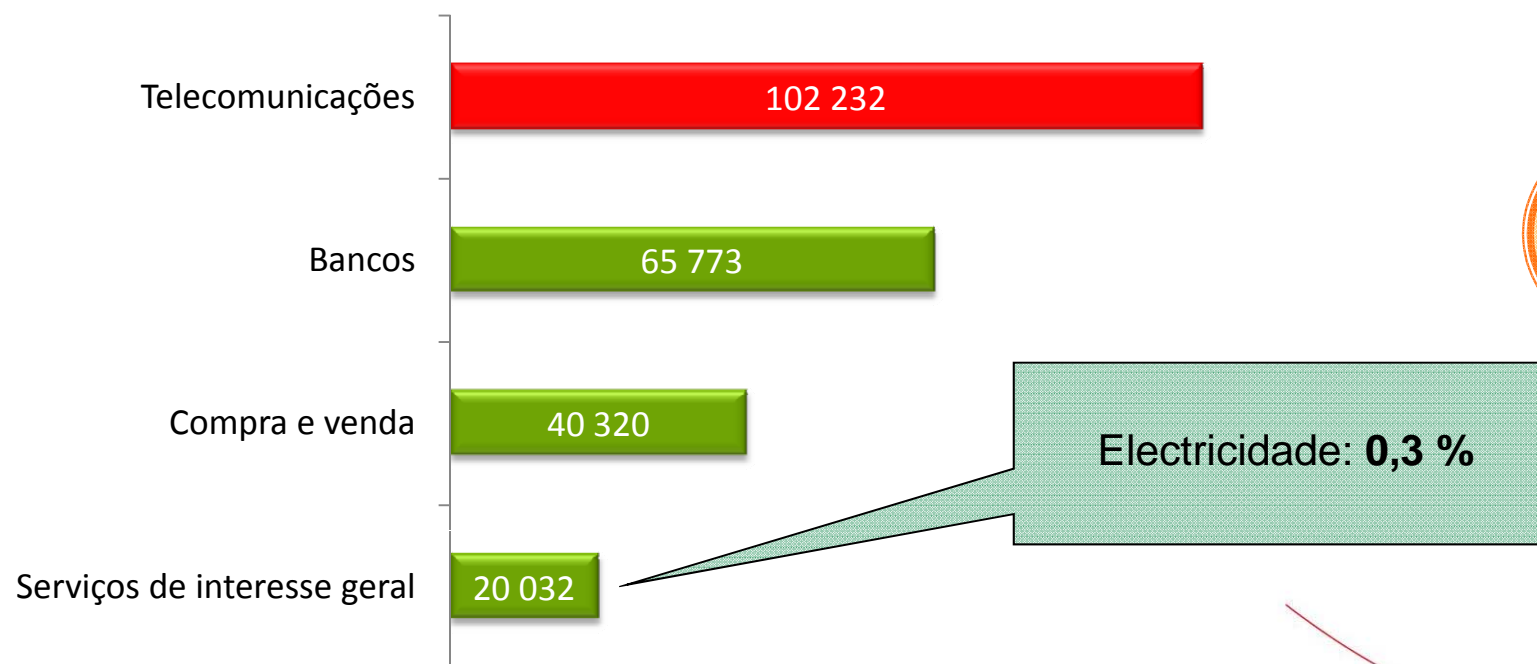


Apoio ao consumidor

Total pedidos de informação em 2009: **376.146**

(todos os meios: presencial, e-mail, carta, tel, etc.)

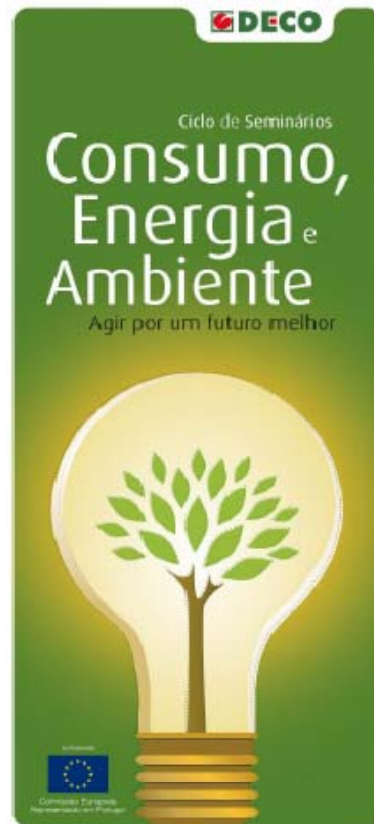
Temas mais procurados em 2009:



2.6 %
da DESPESA total
das famílias

Informação

Publicação de Revistas, Guias, Site, Newsletter, campanhas informativas, Brochuras, Seminários, Simuladores,...



Canais » Energia



Eficiência energética



OS NOVOS DESFIOS DO MIBEL

O(s) DESAFIO(s) do MIBEL

Era uma vez...

- Políticos exaltam virtudes da criação do MIBEL com aumento da eficiência, segurança e sustentabilidade do sector
- Empresas vislumbram novas oportunidades de negócio
- Consumidores esperam diminuição de preços e aumento da Qualidade e diversidade da oferta

... e viveram felizes para sempre?

Só se a integração de mercados aumentar o “Bem-estar social” global, assegurando a sua distribuição por todos os agentes do sector!

A não esquecer...

O MIBEL não é só uma questão de optimização técnico-económica...é também um processo político e de cidadania!

**Interesse
Público**

Optimização técnica

- uso das infra-estruturas
- expansão do sistema
- fiabilidade do sistema
- Segurança de abastecimento
- outras condicionantes técnicas
- Etc...-

**Boa
Governance**

Níveis de Integração

FÍSICO



Reforço das redes e
capacidade de interligação

OPERACIONAL



Coordenação Operação Sistemas
Integração da operação dos mercados

ECONÓMICO



Modelo de Mercado integrado
(Tarifas Acessos, Interruptibilidade, Potência,...)

LEGISLATIVO



Harmonização Legislativa,
Regulatória (+Supervisão)

SOCIAL



Participação sociedade Civil
Qualidade Institucional

Onde pára o MIBEL?

- Após a primeira consulta pública (2001)- e salvo duas outras consultas sobre temas muito específicos (2007/8) - os consumidores foram excluídos do processo de construção e o MIBEL foi sempre essencialmente uma questão de “Cimeiras e (revisão de) acordos”.
- Actualmente, os consumidores, na sua generalidade, estão distantes do conceito, objetivos (conflitantes), estado actual, prazos,...
... ≠ da fixação anual de tarifas ou dos resultados das empresas energéticas!
- O tema é complexo, é verdade, mas deve ser feito um esforço de aproximação e comunicação.

O carácter supranacional da construção dos mercados não deve afastar os consumidores nacionais.

Onde pára a representação dos Consumidores no Conselho de Reguladores ?

Integração ?

- Decisões políticas ainda por concretizar...
- Progressos no mercado grossista...
- ...ainda não existe uma integração ao nível do retalho
 - ↳ Não há ofertas comerciais idênticas !

Nota: Garantia de abastecimento (artº 9º, Res. AR 33-A/2004):
“(...) prioridade ao abastecimento doméstico em caso de emergência (...)” ⇒ integração ?

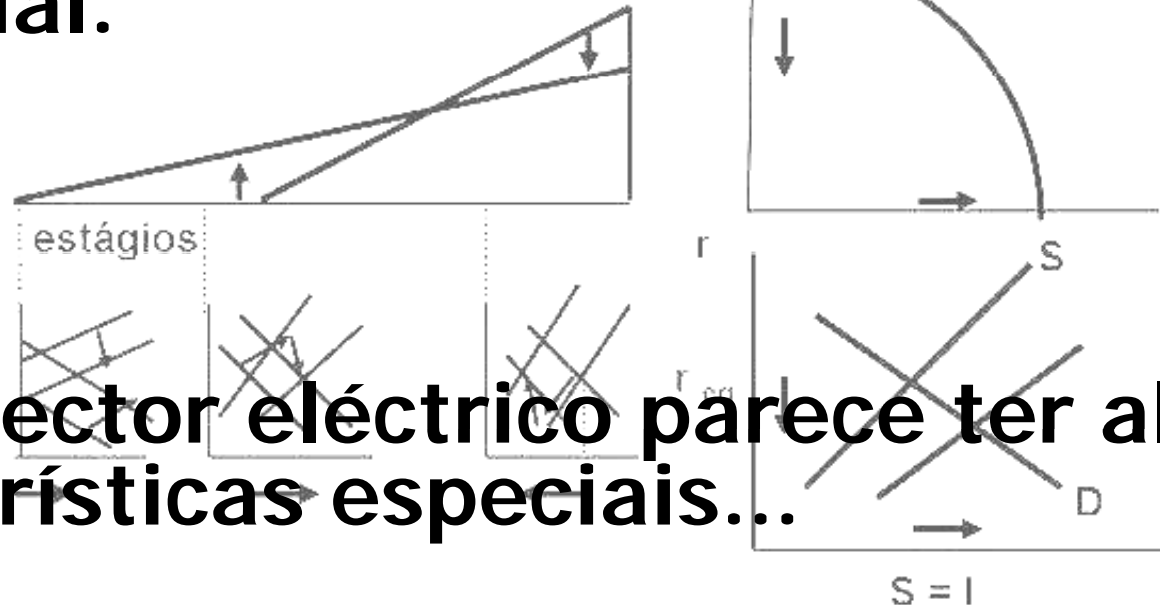
Pontos positivos...

- Uma entidade supervisora (CR), trabalhando em cooperação.
- Evolução das trocas comerciais
- Integração na estratégia da construção do mercado Europeu
- Diminuição das horas de separação de mercados
- Diferencial de preços Pt-Es mais reduzido ($< 1\text{€}/\text{MWh}$)
- Mercado diário e intra-diário a funcionar
- Mercado a prazo a ganhar peso
- (Complexo) Sistema de leilões para reduzir concentração de mercado
- (Plano de) Reforço das interligações (3000 MW em 2014)
- Etc...

⇒ Confirmação de que o MIBEL está em desenvolvimento...
(muito já foi certamente dito pelas exposições anteriores)

MIBEL igual aos outros ?

- As receitas dos manuais de economia, com a apologia dos modelos de concorrência (perfeita), também se aplicam à economia industrial.



- Mas o sector eléctrico parece ter algumas características especiais...

... e a melhorar (I)

- Concentração inevitável no mercado na Produção ?
 - **“Electricidade: *Back to basis*”**:
 - Rendimentos crescentes à escala (base tecnológica e de funcionamento em rede)
 - Procura rígida (curto prazo) e razoavelmente previsível
 - Barreira à entrada (Volume de investimento, administrativas, técnicas, custos residentes,...)
 - Custos à saída
 - Previsão de comportamentos (“todos se conhecem”)
 - Mercado necessariamente limitado (regional): fluxos de energia não se regem por leis de mercado!
 - Produto homogéneo e não armazenável

↪ **Número reduzido de players conhecidos ⇔ risco real de poder de mercado**

(...+ Defesa dos “campeões nacionais”)

... e a melhorar (II)

- “Ausência” de comercializadores independentes!
 - **“Electricidade: *Back to basis*”:**
 - A desregulação seguida para o sector eléctrico conduziu a duas modalidades para transaccionar a energia produzida: mercados com bolsa obrigatória e mercados de contratos bilaterais.
 - Na *pool*, na prática, os comercializadores independentes (sem produção) não conseguem um lugar no mercado.
 - Garantia de fornecimento, imprescindível, é pouco compatível com sistemas de bolsas.
 - Importância do CUR...
 - Os CBF's têm levado à criação, ou reforço, de grupos empresariais integrados e auto-suficientes.
 - ↪ **O potencial competitivo da comercialização independente, embora teoricamente possível (necessidade de activos reduzidos), sem armazenamento ou contratos de Longo prazo, em sistema de bolsa, não tem vingado. Os grupos *simetricamente integrados* “andam por aí”...**

... e a melhorar (III)

- **Evolução e harmonização legislativa**

- Modelo de governação para o sector (OS; OMI;...)
- Grau de aposta na economia de mercado (condições de concorrência que forem estabelecidas)
- Vontade política de transparência
- Participação e diálogo com todos os *stakeholders*
- Aplicação do 3º Pacote da CE
- ...

A curto prazo:

1. Reconhecimento do Conselho de Reguladores e das suas competências... “ibéricas”
2. Adopção do conceito de Operador Dominante (Proposta do CR, com respectivas limitações e obrigações)

... e a melhorar (IV)

- Convergência e harmonização Regulatória das normas técnicas e opções regulatórias
 - Definidas (bem) no **Plano de Compatibilização Regulatória**
 - ◆ Adopção de princípios transparentes para a determinação de tarifas acesso
 - ◆ Regras e mecanismos de gestão da capacidade de interligação
 - ◆ Regras e mecanismos de interruptibilidade
 - ◆ Mudança de comercializador
 - ◆ Mecanismo de garantia de potência
 - ◆ Etc...
- +
 - Tratamento da PRE (mercado/tarifa)
 - Classificação e discriminação de todos os custos associados ao fornecimento de energia (permitir comparação)

...E mais e melhor (I)

- **Evolução Regulatória**

- Trabalhar em ambiente de “crise”
- Provável manutenção de ambiente oligopolista
- Participação das Renováveis
- Incentivo ponderado ao investimento (240 M€ RT/anual)
- Gestão da procura (Smart Meters ↔ Smart Grids ↔ Smart Consumers)
- Pressão ambiental e eficiência energética
- Regime licenças CO² (pós 2012)
- ...

...E mais e melhor (II)

• Supervisão dos mercados ⚡

O reforço da supervisão dos mercados é essencial para assegurar o seu correcto funcionamento, mas também para dar confiança aos agentes, em especial os consumidores.

- Papel para o Conselho de Reguladores (em cooperação com as Autoridades de Concorrência)
- Relacionamento com a ACER ?
- USM – Unidade de Supervisão dos Mercados (ERSE) ? ...ASAE eléctrica?
- Regime sancionatório dos Reguladores ?

...E mais e melhor (III)

CMVM


CNVM

Supervisão do mercado grossista

Impedir estratégias de concertação ou abuso de posição dominante
Protecção dos investidores, eficiência e regularidade dos mercados

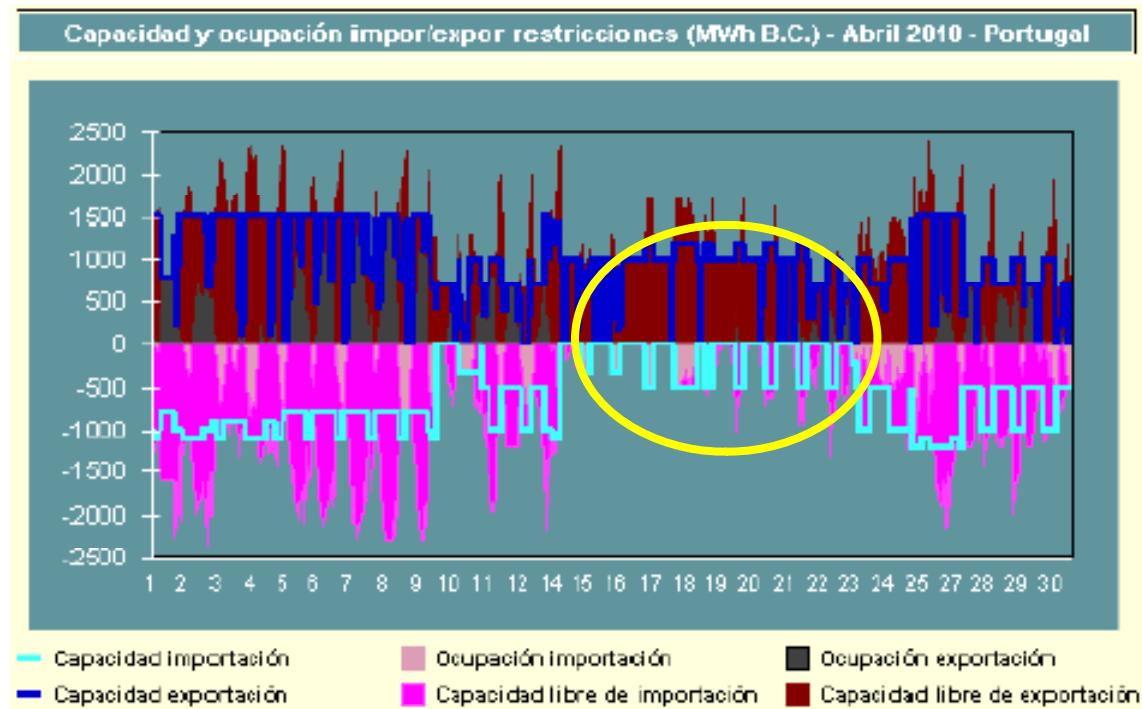
ERSE

CNE

- +  **Supervisão preventiva ou comportamental** (produto energia)
 - Exemplos:
 - Análise de políticas de oferta (“Impacte dos CMEC’s nas estratégias empresariais junto ao mercado”)
 - Portfólio de relatórios/indicadores cirurgicamente solicitados
 - Exemplos (já previstos): Erros de previsão do GS (>5%); estratégia de aprovisionamento do CUR
 - Monitorização do uso e oscilações do grau de utilização da capacidade de interligação;
 - incidentes

Optimização da utilização das interligações ?

- Portugal Abril 2010 Capacidad y ocupación impor/expor restricciones (MWh B.C.)



Mais e melhor (IV)

CNE

Supervisão do mercado retalhista

ERSE

- Essencialmente estudos/acções promovendo a concorrência e regras de mercado...
(Simuladores; mudança de comercializador; aditividade tarifária; metas de eficiência; Informação e Apoio ao Consumidor de Energia Eléctrica;...)
- ...? **Inovação** precisa-se para garantir “propostas construtivas”
- + Continuar a facilitar a mobilidade dos consumidores (*switch*)
- + Prevenção de práticas comerciais desleais !

Resultados das acções de Supervisão necessitam de maior divulgação e escrutínio público!

Trata-se de um serviço a prestar junto dos consumidores

↳ Um Relatório anual da "Qualidade de Supervisão" ?

MIBEL= MELHORES PREÇOS?

O MIBEL: promessa de melhores preços no retalho...

“OS CIEG’s”

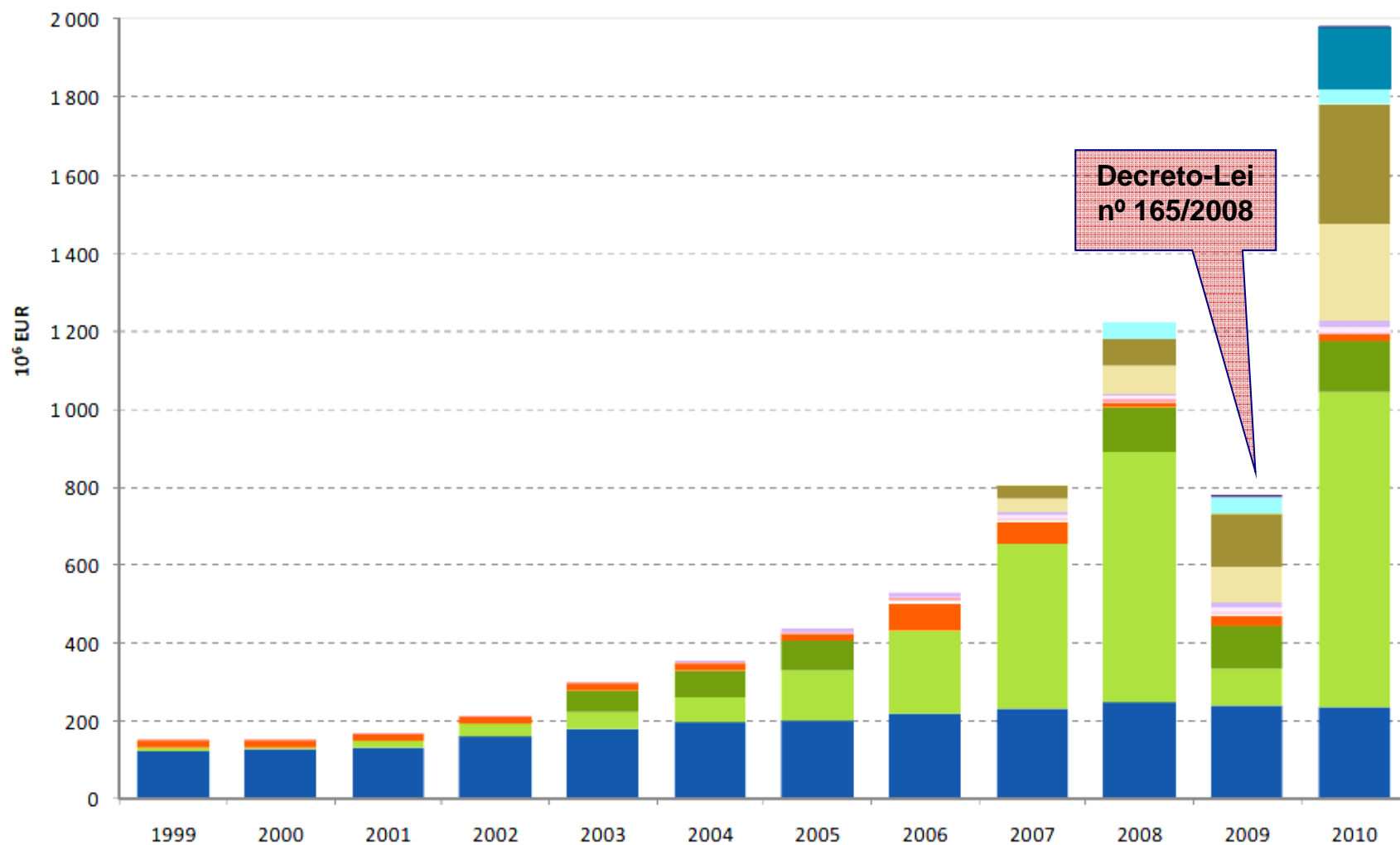
Os custos de política energética, de sustentabilidade e de interesse económico geral condicionam, em grande parte, a evolução das tarifas de energia eléctrica. Estes custos são incluídos nas tarifas de Acesso às Redes pagas por todos os clientes de energia eléctrica e em 2010 atingem o valor líquido de 1,9 MM de Euros

Necessidade imperiosa de REDUZIR este peso na factura.

Peso na factura
média global:
22,3%

... Mas a herança do passado deixa pouco espaço aos benefícios do Mercado, hoje e amanhã!

Evolução dos custos de interesse económico geral incluídos nas tarifas desde 1999



Rendas de concessão
Terrenos das centrais
ERSE

Sobrecusto dos CAE
Rendas dos défices tarifários

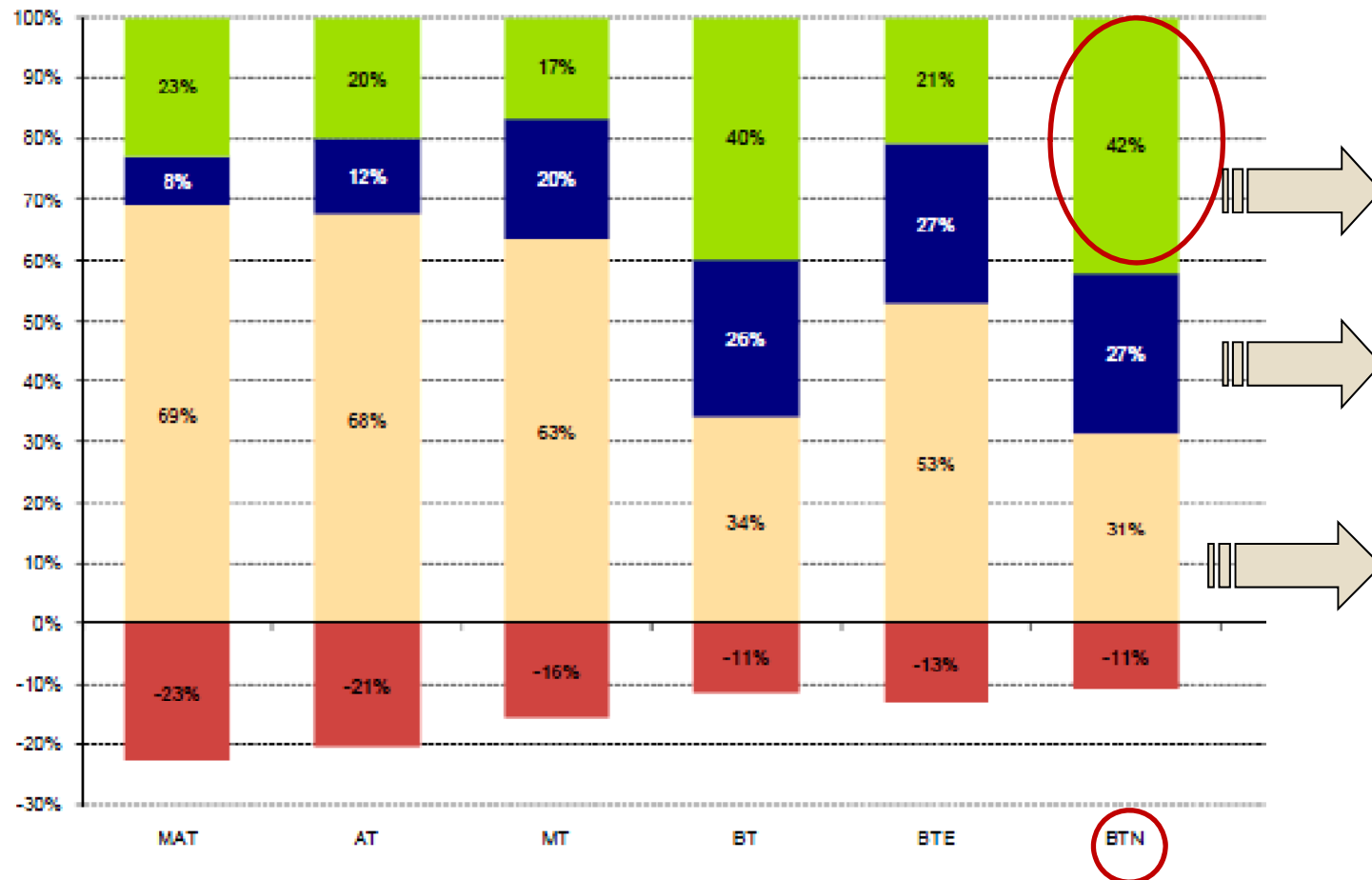
Sobrecusto da PRE
OMIP e OMIClear

PPEC
CMEC
Renda Decreto-lei n.º 165/2008

Sobrecusto das RAS
AdC
PPDA
Tarifa social
Limpeza de florestas

Estrutura do preço médio das tarifas de Venda a Clientes Finais do comercializador de último recurso em 2010, decomposto nas parcelas Energia e Fornecimento, Uso de Redes e Gestão do Sistema e Custos de Interesse Económico

1999 < 5%
2006 12,4%
2008 28,7%



Exógeno

Regulado

Mercado



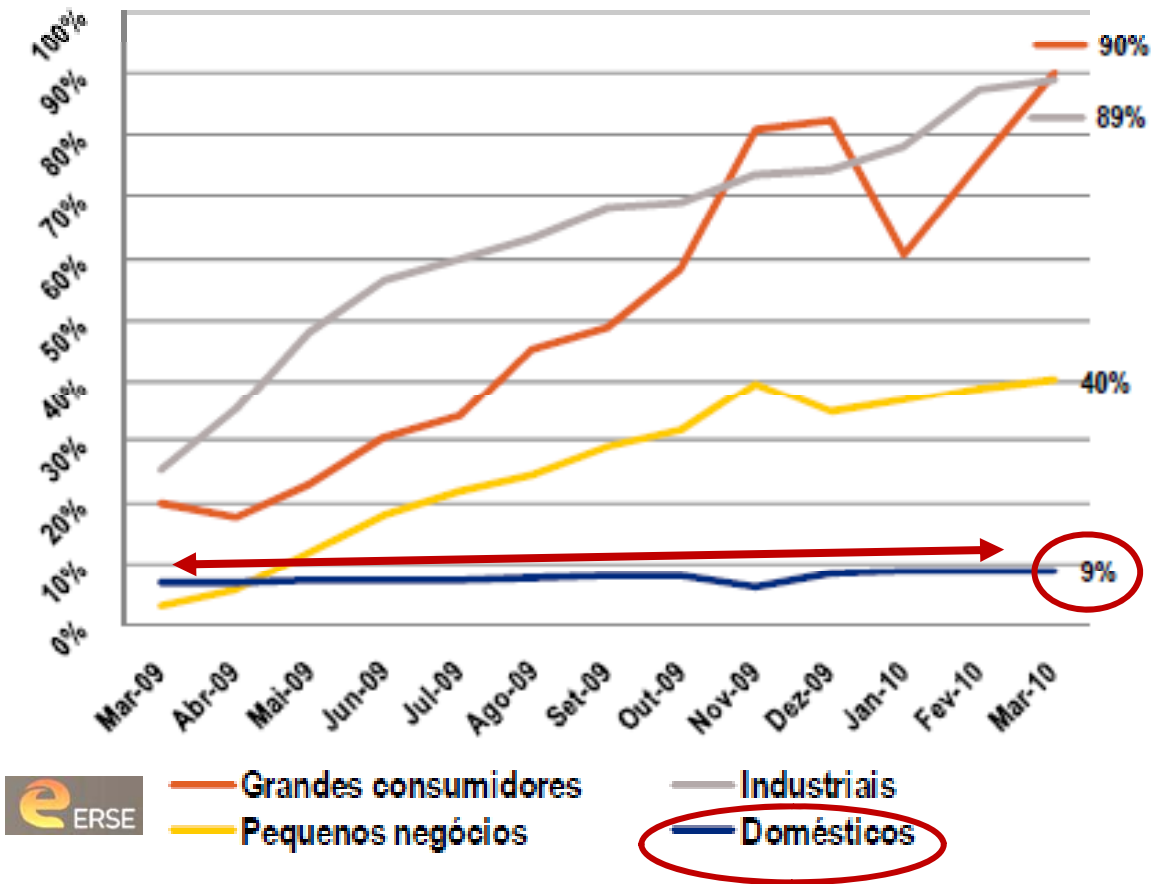
Energia e Fornecimento
Custos de Interesse Económico Geral

Uso de Redes e Gestão do Sistema
% Redução da TVCF (Sustentabilidade ML)

Mercado Liberalizado

Consumo no ML
50%
(03-2010)

Peso do ML por segmento (consumo)



Grandes consumidores
Pequenos negócios

Industriais
Domésticos

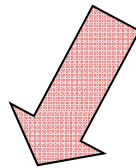
FIM DAS TVCF ?

... e a discutir

- “Electricidade: *Back to basis*”

- A prestação do serviço de fornecimento de energia eléctrica é um **Serviço Público Essencial** para os consumidores domésticos

① ACESSIBILIDADE ② CONTINUIDADE ③ QUALIDADE



Regulamento da Qualidade
de Serviço + Mercado

- Fim das TVCF ?

- A plena liberalização dos mercados não aceita a manutenção de tarifas reguladas em actividades concorrenciais (principalmente quando não reflectem os verdadeiros custos) ...excepto para “consumidores vulneráveis”
 - Que clientes são esses? Com que indicadores serão identificados?
 - Como se calculam essas “tarifas socializadas” ? Quem paga essas “tarifas socializadas”?...

... e a discutir

1. **Só é aceitável o fim das TVCF quando houver provas de efectivas condições de mercado e concorrência!**
2. **Os consumidores domésticos reivindicam o estatuto de clientes vulneráveis.**
3. **A DECO considera plausível uma aproximação ao conceito com a limitação de potência adoptada recentemente em Espanha.**
4. **Manutenção da chamada Tarifa social, com revisão dos critérios de atribuição (“pobreza energética”).**
5. **Seria da responsabilidade da ERSE a proposta de uma metodologia para a determinação e fixação periódica dessas tarifas.**

Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor - DECO

Sede:

Lisboa

R. de Artilharia Um, n.º 79 - 4º | 1269 - 160 Lisboa

Tel.: 21 371 02 00 | Fax: 21 371 02 99

E-mail: decolx@deco.pt

Delegações:

Porto

R. da Torrinha, n.º 228 H - 5º
4050 - 160 Porto
Tel.: 223 391 960 | Fax: 222 019 990
E-mail: deco.norte@deco.pt

Santarém

R. Pedro de Santarém, n.º 59 - 1º esq.
2000 - 223 Santarém
Tel.: 243 329 950 | Fax: 243 329 951
E-mail: deco.santarem@deco.pt

Coimbra

R. Padre Estevão Cabral, n.º 79 - 5º Sala 504
3000 - 317 Coimbra
Tel.: 239 841 004 | Fax: 239 841 008
E-mail: deco.coimbra@deco.pt

Évora

Largo Luís de Camões, n.º 40 - 2ºB
7000 - 507 Évora
Tel.: 266 744 564 | Fax: 266 730 765
E-mail: deco.evora@deco.pt

Faro

R. Rasquinho, n.º 19
8000 - 416 Faro
Tel.: 289 863 103 | Fax: 289 863 108
E-mail: deco.algarve@deco.pt

Viana do Castelo

R. General Luís do Rego, n.º 120A - r/c
4900 - 324 Viana do Castelo
Tel.: 258 821 083 | Fax: 258 820 099
E-mail: deco.vianadocastelo@deco.pt

Para mais informações vá a www.deco-proteste.pt ou ligue

Linha azul:

808 200 145

